



**ACÓRDÃO Nº222/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11691/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Manuel Paulo Cardoso (Ordenador de Despesa) e Márcia Góes de Sena (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Adalberto Pereira Nobre Filho, OAB/AM nº 9140.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8332/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo de Olivença, sob responsabilidade da **Sra. Márcia Góes de Sena**, no curso do exercício (01/01/2021 a 19/05/2021).
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo de Olivença, sob responsabilidade do **Sr. Manuel Paulo Cardoso**, no curso do exercício (20/05/2021 a 31/12/2021).
- 10.3. **Aplicar Multa** a **Sra. Márcia Góes de Sena**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro (no período de 01.01.2021 a 19.05.2021), no valor de **R\$ 8.768,25** e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com base no art. 54,



**ACÓRDÃO Nº222/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

da Lei nº 2.423/96 combinado com Art. 308, inciso VI, alínea a da Resolução nº 04/2002 do TCE-AM, pela irregularidade não sanada conforme fundamentado no achado de auditoria nº 06 da presente peça técnica, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Aplicar Multa ao Sr. Manuel Paulo Cardoso**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro (no período de 20.05.2021 a 31.12.2021), no valor de **R\$ 8.768,25** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com base no art. 54, da Lei nº 2.423/96 combinado com Art. 308, inciso VI, alínea a da Resolução nº 04/2002 do TCE-AM, pelas irregularidades não sanadas conforme fundamentado nos achados de auditoria nº 03, 07, 16 e 17 da presente peça técnica, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como



**ACÓRDÃO Nº222/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Dar ciência ao Sr. Manuel Paulo Cardoso e a Sra. Márcia Góes de Sena, e aos demais interessados.**

**11- Ata:** 3ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 14 de Fevereiro de 2023

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra.Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro Relator

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**  
Procuradora-Geral, em substituição